


entrevista

FABIO DA SILVA GOMES,

assessor regional de Nutrição e Atividade Física da Opas/OMS

Um nutricionista contra o câncer



A figura do militante intelectual da alimentação saudável ainda é um personagem em construção no Brasil, apesar de o País estar inserido na região que mais avança na regulação de alimentos ultraprocessados no mundo. E o Brasil foi inspiração para muitos de seus vizinhos nas Américas. A luta pela alimentação saudável, porém, é quase sempre anônima e extenuante: é imenso o trabalho de furar os bloqueios simbólico e real que a indústria impõe às autoridades públicas e aos membros de organizações independentes. O nutricionista Fabio da Silva Gomes conhece bem essa realidade. Sua formação superior, que se inicia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e recentemente culminou num pós-doutorado na New York University, é atravessada por ações estratégicas de promoção da saúde, em múltiplos contextos, que geram medidas regulatórias para reduzir a demanda por produtos nocivos ao organismo. Essas ações também tentam proteger políticas públicas de alimentação e nutrição da interferência do setor comercial. Em 2011, o nutricionista foi aprovado em concurso para o INCA, onde atuou por cinco anos. Uma nova aprovação depois de uma longa seleção pública o fez mudar de endereço de trabalho – é no nº 525 da 23rd Street Northwest, Washington, DC, que o agora assessor regional de Nutrição e Atividade Física da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas)/ Organização Mundial da Saúde (OMS) pode ser encontrado. Ali, ele auxilia na elaboração de ações para 35 estados-membros da Organização.

Na entrevista à REDE CÂNCER, Fabio Gomes fala do que aprendeu no INCA, traça um panorama das políticas de proteção à boa alimentação nas Américas e no Brasil, expõe a pressão e as táticas da indústria de produtos alimentícios ultraprocessados e detalha seu novo desafio internacional.

REDE CÂNCER – Em que consiste seu trabalho na Opas?

Basicamente, tentamos avançar a legislação nos países-membros da Organização, além de proteger seus sistemas alimentares da ação da indústria de produtos alimentícios processados e ultraprocessados. Isso se dá por meio de quatro eixos: medidas fiscais (aumentos de impostos sobre bebidas açucaradas e outros produtos ultraprocessados); regulação da rotulagem de alimentos industrializados e advertências textuais frontais (como já há no Chile, primeiro país da região a tomar essa medida, o que nos deixa muito satisfeitos); regulação da publicidade de alimentos; e a regulação de ambiente (por exemplo, limitando a oferta de produtos ultraprocessados nas escolas).

“Estudos financiados pela indústria vão quase sempre ao encontro do interesse de seus patrocinadores, diferentemente daqueles conduzidos por pesquisadores independentes. Outros estudos têm demonstrado que pesquisas financiadas pela indústria de refrigerantes dizem que ‘não é conclusivo’ que bebidas açucaradas promovam ganho de peso. Mas já existem, sim, pesquisas independentes conclusivas nesse sentido”

RC – Você pode detalhar o exemplo do Chile? A indústria alimentícia tentou interferir?

No Chile, a lei impede que se usem personagens infantis em embalagens de açucarados. A [multinacional americana] Kellogg’s contestou a medida na Justiça. Disse que, como aquele tigre da embalagem de sucrilhos e demais personagens fazem parte de uma marca registrada, a empresa tinha o direito de usá-los. A Kellogg’s perdeu em todas as instâncias. O judiciário chileno entendeu que o registro assegura à empresa proteção contra o uso indevido de sua marca, mas isso não dá à Kellogg’s o direito de usá-la quando e como bem quiser naquele país.

RC – De que outra forma a indústria costuma interferir?

Pressionando ministros da Saúde que têm a firme disposição de reduzir o consumo de alimentos processados e ultraprocessados pela população. Quando não consegue, recorre a ministros de outras pastas, para que o assédio venha de dentro do governo. Outra forma de interferência se dá por meio da distorção da evidência. Um levantamento científico recente [*Industry Sponsorship and Research Outcome (Review)* – em tradução livre, “Financiamento da Indústria e Resultado de Pesquisa – Uma Revisão”, Cochrane Library, 2017] mostra que estudos financiados pela indústria vão quase sempre ao encontro do interesse de seus patrocinadores, diferentemente daqueles conduzidos por pesquisadores independentes. Outros estudos têm demonstrado que pesquisas financiadas pela indústria de refrigerantes dizem que “não é conclusivo” que bebidas açucaradas promovam ganho de peso. Mas já existem, sim, pesquisas independentes conclusivas nesse sentido. Esse caso se repete para produtos adoçados com adoçantes não calóricos ou de baixa caloria, como os zero, *diet* e *light*. Durante mais de 30 anos, a indústria financiou estudos desenhados para indicar que esses produtos preveniam o ganho de peso, mas nenhum levantamento independente confirma esse resultado. Na verdade, alguns revelam maior ganho de peso com o aumento do consumo desses produtos.

RC – Nesse caso, é bom saber que a América Latina pode servir de exemplo para o mundo...

A região é a que mais avança na regulação de produtos processados e ultraprocessados no mundo. Ela trabalha em cima de quatro eixos: impostos, regulação de rotulagens, da publicidade de alimentos e do ambiente. Neste último caso, trata-se da oferta de alimentos em

“Trabalhar no INCA me fez conhecer ‘os países dentro do Brasil’; me deu uma ideia da diversidade que será muito importante agora, que vou trabalhar com 35 países. Além disso, há o trabalho a que o INCA se dedica de revisar criticamente a literatura científica e traduzir suas conclusões para a população de maneira clara, de modo que todos entendam”

ambientes sob a guarda do Estado, como as escolas [segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 70% da verba destinada à alimentação escolar deve ser gasta com frutas, verduras, legumes, feijões e outros alimentos frescos ou minimamente processados, e no mínimo 30% desse total, adquirido da agricultura familiar local. Em julho de 2016, portaria do Ministério da Saúde banuiu a venda, promoção e publicidade de produtos ultraprocessados, com quantidades excessivas de açúcar, gorduras e sódio, em todas as suas unidades e nas entidades vinculadas].

RC – Por falar em escolas, em agosto do ano passado, a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer, da OMS, publicou estudo indicando que o peso adequado reduz o risco da doença. A publicação reforça entendimento de pesquisa semelhante, de 2002, e acrescenta oito tipos de câncer associados à obesidade. Oficialmente, até 2013, 110 milhões de crianças eram obesas no mundo. Como a Opas está enfrentando a questão?

Em 2014, na 53ª Reunião do Conselho Diretivo da Opas, foi aprovado o plano de ação de prevenção da obesidade, com cinco linhas de ação:

alimentação saudável na atenção primária e amamentação ampla; melhorias de ambientes (por exemplo, nas escolas, cantinas com comida saudável e com espaço para atividades físicas); políticas fiscais [tributação de bebidas açucaradas e outros produtos ultraprocessados] e regulação de publicidade e de rotulagem; compromissos multissetoriais (entre diferentes áreas do governo, não apenas de Saúde, como também de desenvolvimento agrário e planejamento urbano, por exemplo); e vigilância, pesquisa e avaliação.

RC – E o papel do Brasil na América Latina?

O Brasil inspirou muitos países na região, como é possível perceber em tudo o que discutimos.

RC – O que você leva da experiência no INCA nesta etapa internacional de sua carreira?

O rigor técnico e o compromisso com a saúde pública. Trabalhar no INCA me fez conhecer “os países dentro do Brasil”; me deu uma ideia da diversidade que será muito importante agora, que vou trabalhar com 35 países. Além disso, há o trabalho a que o INCA se dedica de revisar criticamente a literatura científica e traduzir suas conclusões para a população de maneira clara, de modo que todos entendam. Isso me ensinou a ser mais crítico e a saber enfrentar problemas, como os conflitos de interesse. Também aprendi a ser cuidadoso e exigente e a ter compromisso e excelência com o trabalho. Essa prática de negociação, discussão e formulação de política – algo que agora tenho que fazer de uma maneira mais ampla – vem da aprendizagem no INCA. ■

